
Irritações. Elementos para a compreensão sociológica da “crise” de reprodução social de um grupo operário do Noroeste português.

BRUNO MONTEIRO

Sociólogo. Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Introdução: operários com a “crise” metida no corpo

Neste texto, apresentamos um trabalho de pesquisa etnográfica realizado numa comunidade industrial do vale do Sousa, região do Noroeste português recentemente submetida a um estrênuo movimento de recomposição económica e social que, comumente sob o nome de “crise”, tem significado o surgimento de inusitadas expressões de precariedade entre o operariado localmente enraizado, em particular aquele afeto aos sectores produtivos tradicionais, caracterizados por um fraco nível de inovação tecnológica, por um recurso intensivo a mão-de-obra barata e por unidades de pequena dimensão com uma gestão pouco profissionalizada (vd. Queirós e Pinto, 2009). Para os operários que aí encontramos, em Rebordosa, uma comunidade onde é material e simbolicamente predominante a vinculação à indústria do mobiliário, esta conjuntura económica tornou-se, entretanto, palpável através de uma multiplicidade de situações que implicaram a remodelação da sua própria quotidianidade individual e coletiva, entre as quais a sucessão de encerramentos de empresas e a ampliação dos casos de desemprego, o recurso extensivo ao crédito bancário para a aquisição de propriedade e bens de consumo, ou a inusitada tendência para a precarização dos vínculos contratuais vigentes (Monteiro, 2008). Durante o nosso trabalho de campo, entre Janeiro e Abril de 2007, enquanto trabalhámos como operador de máquina numa empresa de mobiliário, em virtude de termos adotado a observação participante para capturar a espessura vivida do quotidiano fabril, pudemos praticar metodicamente um *programa de investigação sociológica em ato* em que “o investigador usa as suas sensibilidades corporais e intelectuais como instrumentos etnográficos” (Katz e Csordas, 2003: 278). Esta variante de etnografia sociológica, “com a condição expressa de ser teoricamente instrumentada, deve permitir ao sociólogo apropriar-se na e pela prática dos esquemas cognitivos, éticos, estéticos e conativos que põem em operação quotidianamente aqueles que habitam o cosmos considerado” (Wacquant, 2002: 11-12). Através da conjugação entre um insistente trabalho teórico e uma observação empírica continuada, em que

pretendemos dar conta de uma cultura operária fortemente prática, suportada material e simbolicamente numa economia corporal específica, procurou-se obter um contacto rugoso com a espessura vivida da fábrica com a pretensão de a submeter a uma *problematização sociológica* que suspendesse o envolvimento inquestionado e tido-por-garantido habitual da atitude natural perante o mundo social. Submetendo o próprio corpo a uma iniciação que passa usualmente despercebida, a uma aprendizagem que dispensa as intenções pedagógicas explícitas, isto ao mesmo tempo que insistíamos nos minuciosos procedimentos de auscultação e registo característicos da etnografia, tentámos captar e explicitar a progressiva e usualmente implícita impregnação do corpo-em-trabalho pelas propensões, premências e aptidões solicitadas e exigidas pelo trabalho fabril. Depois, ao longo das dezasseis semanas em que morámos em Rebordosa durante o ano de 2008, procurámos observar a multiplicidade de locais que concorrem, simultaneamente, para a constituição de um modo de vida operário significativamente comensurável, tais como os cafés, os lares, os clubes de futebol amador, os centros de emprego e centros de saúde, as mercearias e supermercados, para lá certamente das fábricas e oficinas. “Embora estes espaços pareçam descontínuos, eles oferecem um circuito topográfico que unifica a informação biográfica. Eles representam a paisagem através da qual as biografias podem ser mapeadas; eles são localizações que estão unidas pelo contributo que dão para uma cultura distinta que é constante através de espaços sociais díspares” (Charlesworth, 2007: 7). Para recuperar sociologicamente as rotinas e os ritmos pelos quais são continuamente atualizadas as estruturas do mundo da vida operária, tentámos perscrutar diretamente todos estes pontos de ancoragem da socialização operária.

Ao invés das conceções desencarnadas e descontextualizadas da existência operária, pudemos constatar, em carne viva, a vertente visceral dos processos de formação quotidiana das classes sociais. De tal maneira, pudemos apurar distintamente a *carnalidade* operária como o necessário e ininterrupto movimento de miscigenação existente entre os esquemas de pensamento e ação incorporados pelos operários, a que qualquer socialização conduz sempre mas apenas provisoriamente, e as estruturas objetivas de oportunidades que regulam o mundo social, uma relação de mútua determinação que compromete seriamente todas as categorias substancialistas, tais como podem chegar a ser as ideias de “mente”, “indivíduo” ou “sociedade” quando entendidas abstratamente como coisas isoladas da história e encerradas sobre si mesmas. Em alternativa, pareceu-nos necessário sondar a contextualização e a incorporação para tratar pertinentemente a experiência social do operariado, sobretudo depois de ter sido constatado que o reportório das consequências incarnadas do lugar social obriga a reconhecer que “os nossos corpos contam histórias sobre a nossa vida, venham elas a ser conscientemente expressas ou não” (Krieger, 2005: 350). Observar etnograficamente o corpo-em-trabalho pode permitir, assim, “superar os limites daquilo que as pessoas são capazes ou desejam relatar” (idem: 353), desde que estudemos as *personificações do trabalho fabril* sem as divorciarmos das condições de existência que as envolvem, interpretando-as juntamente com os constrangimentos e os incentivos, as pressões e as vantagens que impendem sobre a determinada história de vida tal como ela é visceralmente gravada, mas nem sempre explicitamente verbalizada¹. Tendo esta orientação intelectual, iremos, ao longo da primeira

¹ Segundo Krieger (2005: 350), para quem a incorporação pode ser vista como uma “indicação das histórias de vida, ocultas e reveladas”, esta noção pode ser acomodar-se a três níveis, em que, primeiro, “os corpos contam histórias sobre – e não podem ser

secção deste texto, recuperar o inquérito etnográfico que conduzimos sobre um terreno imediato de tratamento institucional do desemprego, um centro de emprego do Vale do Sousa, para escolher, por entre a massa de factos, os aspetos que dizem respeito ao *sentido* que assume esse contacto exclusivamente para os operários desempregados. Depois, durante a segunda secção deste texto, procuraremos tornar saliente a existência de uma modalidade socialmente contingente de *envelhecimento* para operários nados e nutridos num universo de práticas oficial entretanto comprometido pela inovação técnica e administrativa de algumas empresas.

1. Ironia, autoirrisão e deferência. Notas etnográficas sobre a produção social de sofrimento e silêncio durante uma visita a um Centro de Emprego

"Não se trata aqui somente da resistência ao desprezo dos outros, maneiras de desviar-se dele, mas das mais trágicas e inutilizadoras consequências de aceitar a rejeição como legítima, como autoevidente. Sei que algumas vítimas que têm aversão a si mesmo acabam por se tornar perigosas, violentas, reproduzindo o inimigo que os humilhou vezes sem conta. Outros renunciam à sua identidade; dissolvem-se numa estrutura que ignora a forte presença que lhes falta. (...) Alguns colapsam, silenciosamente, anonimamente, sem voz para exprimir ou ter consciência disso. Eles são invisíveis. A morte da autoestima pode ocorrer rapidamente."

(Toni Morrison, The Bluest Eye, 1999: ii)

A recente conjuntura económica parece ter multiplicado os espaços e as ocasiões em que os operários, ao serem confrontados com critérios e procedimentos formais de avaliação e julgamento, são obrigados a reconhecer a fragilidade e inferioridade dos recursos que detêm. Sobretudo pela reiteração de momentos em que são confrontados com processos institucionais de enquadramento e reconversão das suas "competências" que mostram e vincam a distância que separa as suas práticas e saberes dos cânones autorizados e associados à "modernidade" (os cursos de formação e certificação profissionais, as "entrevistas" e "sessões" do centro de emprego, os processos de certificação da qualidade da empresa, os procedimentos de recrutamento e contratualização escritos e formalizados entretanto generalizados, os procedimentos de acesso ao "subsídio de desemprego", ao "rendimento mínimo" e outras prestações sociais, ou, em geral, os trâmites para "tratar dos assuntos da segurança social"), é-lhes proposta uma "definição de si mesmos" (Goffman, 1968: 232) que demonstra quão desadequadas são as suas maneiras de ser, ver e fazer e que lhes indica, ao mesmo tempo, a necessidade de as substituir ("aprender a falar", "saber como estar na empresa") por outras prescritas como *superiores* ou *melhores* ("aprender a ter as coisas limpas", "a não dizer aquelas coisas... que 'tamos sempre a dizer [risos]", "saber ter calma"). A dupla vertente de "aculturação"/"desculturação" (idem: 370) dos processos institucionais que avaliam, julgam e regularizam os operários, leva a que a *re-qualificação* signifique frequentemente *des-qualificação*, contribuindo, desta maneira, para aumentar os escrúpulos paternos em dotar os filhos com uma herança, certamente ligada a uma ocupação laboral, mas igualmente a uma

divorciados das – condições da nossa existência"; depois, "os corpos contam histórias que frequentemente – mas não sempre – concordam com as declarações prestadas pelas pessoas"; e por fim, "os corpos contam histórias que as pessoas não podem ou não irão contar, quer porque são incapazes, proibidas, ou porque escolhem não o fazer".

cultura moral e expressiva, a qual engloba, entre outros aspetos, os princípios de classificação do mundo (“gosto”, “tino”) e os traços linguísticos e comportamentais (“pranta”, “falar da gente”), que passam a surgir doravante, aos olhos de ambos, pais e filhos, como um valor negativo. Nos espaços institucionais, autênticos mercados de apreciações e distinções sociais (ser ou não “qualificado”, “competente”, “proactivo”, “empreendedor”), multiplicam-se, para os operários, as imputações de inferioridade e as injunções negativas, que, sendo concretizadas muitas das vezes por intermédio de trocas não-codificadas e silenciosas de sentido, sem serem necessariamente verbais, portanto, fazem parte dos processos de contínua reconstituição da estrutura de classes enquanto formas interpessoais de organização social. Encarando a desadequação de maneiras de ser, estar e fazer, que revelam as marcas de uma experiência social dominada e subalterna; percebendo a desqualificação e desvalorização dos recursos institucionais, objetivados e incorporados de que são portadores; sentindo a incapacidade de aceder a modos de ser positivos e reconhecidos, estes operários mostram como as condutas, posturas e comportamentos mais inequivocamente pessoais podem ser afetados e, por vezes, paralisados pelas inflexões da trajetória biográfica trazidas pelas mudanças sociais e pela exposição reiterada aos constrangimentos de um determinado lugar social.

A partir de encontros interpessoais que são institucionalmente regulamentados e enquadrados, inventariámos uma série de reações operárias – abdicação ou evasão desses locais, agressividade ou “falta de paciência”, acanhamento e conformismo, e autoirrisão – que apenas podem ser plenamente entendidas depois de postas em articulação com a experiência vivida da “crise” do operariado. Para estes operários, o “espaço do dizível” (Pollak e Heinrich, 1986: 6), nascido por entre os constrangimentos de articulação do discurso, o risco de (re)activação da consciência de experiências dolorosas (“não gosto de pensar”) e as modalidades de gestão da identidade que procuram reajustar o conteúdo da vivências descritas com a realidade efetivamente conhecida (“como é que eu hei de dizer?”, “não sei se era isto que querias saber”, “é como te posso explicar”), em particular no que mostra de dificuldades para fazer coincidir o relato com as normas da moral corrente, revela-nos “um sistema de sanções e de censuras largamente interiorizado” (idem: 13) que faz aparecer, indiretamente, as condições sociais de produção dos enunciadores e, eventualmente, as condições de solicitação e emergência da enunciação. Por isso é possível sustentar que a incapacidade de falar e a vontade de esquecer são sintomáticas dos constrangimentos estruturais que rodeiam as condições de comunicabilidade das experiências dos dominados, pois compreender as razões objetivas para “o silêncio dos dominados” implica saber que “nada os autoriza ou incita a relatar uma vida à qual a qualidade da sua própria pessoa parece não bastar para conferir um interesse de ordem mais geral” (idem: 12).

Nesta primeira secção do texto, trataremos as políticas de enquadramento do desemprego tal como surgem concretizadas a partir dos centros de emprego, em especial, exemplificadas pelas práticas dos técnicos a quem é atribuída uma função de acompanhamento institucional dos desempregados, tal como são experimentadas a partir do ponto de vista dos desempregados, oficialmente considerados *utentes* destes *serviços públicos*.

Entre os inusitados locais que suportam contemporaneamente a existência quotidiana dos operários entretanto desprovidos dos modos de vida habituais ligados ao assalariamento

industrial, o centro de emprego, em especial, é local de concentração de equívocos simbólicos². É possível observar como os procedimentos formais prescritos e exigidos nas ocasiões oficiais diferem daqueles que são mobilizados e percebidos pelos operários como "convenientes". Nesse sentido, o mesmo comportamento, atitude ou declaração é passível de leituras distintas e até contraditórias pelos participantes de um mesmo encontro. Tanto as "entrevistas" para colocação de trabalhadores desempregados em postos de trabalho em repartições da administração pública local, em especial em serviços das juntas de freguesia ("limpar valetas", "cortar mato"), ao abrigo dos programas de redução do desemprego, quanto as ocasiões de confirmação do cumprimento das diligências da "procura ativa de emprego" eram interpretadas pelos operários que acompanhámos ao centro de emprego como uma "inspeção". A ressonância militar não é fortuita. Este é um momento que surge, igualmente, como forçado, desnecessário e desprovido de qualquer utilidade, quase por completo destituído de significado, embora seja altamente ritualizado: "Temos que lá ir. Chegamos lá, a moça dá-nos... Nós damos a carta da apresentação anterior, ela dá uma nova, assina, põe o carimbo e nós vimos embora. Demoramos mais tempo à espera do que para fazer o papel" (José, 51 anos, desempregado). Vistos como espaços de *enquadramento* das condutas, atitudes e posturas dos desempregados, os centros de emprego, desde logo materialmente ("salas de espera", "tirar a senha", "respeitar os procedimentos", "seguir as indicações"), tornam-se aptos a colocar estes operários sob tutela, o que, tal como acontece com qualquer profecia que se cumpre a si mesma, tratando-os como portadores de uma incapacidade laboral ("inadequação", "reconversão", "reciclagem"), contribui, sem qualquer intenção ou plano prévio, para tornar estes operários inclinados a demonstrarem, por moto próprio, a posse de tal incapacidade sempre que se confrontam, sobretudo contrariados ou desmotivados, com estas rotinas institucionais. Sem procurar qualquer exaustividade nesta descrição, estes programas de enquadramento do desemprego sempre que tratarem, primeiro, em termos isolados ("currículo", "carreira", "responsabilização"), um percurso profissional fortemente sustentado nas apreciações coletivas do chão da fábrica, onde são reconhecidas, pelos pares e pelas chefias, os valores típicos da mestria operária; ou que, depois, privilegiem um vocabulário de índole psicológica ("proactivo", "motivação", "vontade") e uma notação formalizada para julgar o que são competências laborais existentes, geralmente, apenas em estado prático ("força", "habilidade") ou adquiridas pela prática ("anos de prática", "honra", "ter palavra"); ou que, por último, fizerem pender sobre os desempregados uma presunção de culpa e uma suspeição de violação moral e legal ("terem que andar atrás dos carimbos", "tem que se mostrar que procura emprego", "deixam-se andar"), estes programas de enquadramento do desemprego, dizíamos, tornam-se mecanismos de *processamento* dos

² Tendo privilegiado a experiência vivida dos operários que percorrem os estádios sucessivos do círculo supostamente virtuoso ("capacitação", "certificação") de tratamento institucional do desemprego, temos presente que, precisamente porque proporciona o encontro entre a história incorporada dos operários, pautados por todas as particularidades ligadas a um enraizamento em comunidades industriais do Noroeste português, e a história institucional das políticas públicas de enquadramento dos beneficiários de prestações estatais, sensíveis a todas as contingências nascidas da conjuntura política e económica nacional, uma investigação sociológica do centro de emprego tem que reconstruir ambas essas histórias para poder compreender totalmente as manobras, tensões, pressões, contrariedades e alternativas que podem ser criadas por entre o " piso térreo da burocracia". Sobre a história e a sociologia dos dispositivos estatais de intervenção sobre populações assistidas, vale a pena recorrer, entre outros, aos contributos de Michael Lipsky, John Krinsky, Vincent Dubois, George Steinmetz, Desmond King ou Sylvie Tissot. Nós próprios pudemos tratar, anteriormente, esta questão a partir de um estudo situado do encontro entre as personificações das políticas estatais, os funcionários do centro de emprego, eles próprios dotados de um determinado trajeto de formação e solicitados a improvisar táticas de adaptação e correção, e os operários em situação de desemprego, que ocorre durante as entrevistas de emprego (Monteiro, 2012).

desempregados – para recuperar uma consabida expressão de Goffman – que contribuem para os *estigmatizar*. Submetidas a uma “inspeção” com estas propriedades, estes operários eram assim facilmente remetidos para comportamentos “nervosos”, “atrapalhados” ou “injurados”, que alternam com reações de agressividade ou silêncio (Scheff, 2001: 1-2).

Nota de campo - 24 de Setembro de 2008

«Quando cheguei a casa de José para irmos os dois e a sua irmã, também desempregada, ao Centro de Emprego, ele estava a engraxar os sapatos. Barba feita, roupa nova, cabelo penteado. Os “papéis” arrumados dentro de uma capa transparente. Tudo concorre para que eu fique com a sensação de se tratar de um momento solene. (...) Quando chegamos, ficamos no corredor. O grupo de “convocados” é demasiado grande para caber no interior do Centro e encosta-se a ambos os lados de um corredor. “Muita gente? Devias cá ter vindo em Fevereiro...” José segura firmemente na mão o “papel”. “Tenho de o mostrar”. Está com receio de não conseguir “mostrar o papel” antes de ser “chamado”. Quando entra para o fazer, está ansioso. Não falou com o funcionário, sequer. Colocou-lhe o papel à frente e esperou receber um novo. O “papel” é uma espécie de caderneta para comprovar que o desempregado está comprometido com a “procura ativa de emprego”. A cada semana que passa, um espaço em branco deve ser carimbado a garantir que o desempregado visitou uma empresa à procura de emprego. A vigilância do desempregado é vista pelo próprio como um modo de controlar uma potencial criminalidade fiscal. Este é, doravante, um assunto de Estado: vigiar, enquadrar e tratar os desempregados, nomeadamente conferindo o seu estatuto, definindo práticas e prescrevendo perspetivas, “reciclando” os operários.

“A procura ativa de emprego consiste na realização de forma continuada de um conjunto de diligências do candidato a emprego com vista à inserção socioprofissional no mercado de trabalho pelos próprios meios”. A caderneta de José está encabeçada, tal como todas as outras, por este texto. O seu preenchimento é um indicador da orientação que José insensivelmente segue e, nesse sentido, revelador dos princípios de elegibilidade do emprego e das oportunidades e constrangimentos que utiliza e enfrenta para a procura de emprego. Dos vinte e um espaços carimbados, nove dizem respeito a empresas de mobiliário.

“Eles podem chamar-te a qualquer altura”. Também o tempo de “espera” tem uma duração fortuita; é desconhecido ou pouco claro o objetivo da “convocatória” recebida em casa. “Aquele merda [a carta] diz p’a ‘tar aqui, sei lá, ou o caralho, o que eles querem. Nunca mais chamo... Vão mandar vir noutro dia, queres ver?”, diz um desempregado, conhecido de José, ao meu lado. “Vai ser batatas como da outra vez [i.e., não vai dar em nada]... ‘Tá a chegar à hora e não se vê nada”. Os menores sinais são possíveis indícios do que aguarda estes operários; são também outras tantas interrogações e dúvidas (“será que”). Tudo isto reforça a desvalorização autoassumida dos operários e a conceção ideológica da intrínseca superioridade e invisibilidade das intenções burocráticas. “Um gajo depois destes anos todos ‘inda tem que andar a correr p’áqui”.

“Esperar pela chamada”: um grupo de homens e mulheres, demasiado grande para caber no interior do Centro de Emprego, aguarda à porta da instituição que um funcionário chame em alta voz o seu nome. “Não vale a pena ‘tar com coisas, temos é que esperar que eles vejam lá as coisas deles”, comentava outro homem do grupo em que estamos eu e José. Desde que chegámos, este foi distribuindo apertos de mãos, sorrisos e acenos de cabeça (“Somos muitos. Lá de baixo, somos uma rima deles”). “Hoje vai ser p’a nos dar treino... Já ‘tou a ver...”, comenta esse homem. “Quero ver quem me paga esta viagem...”, repetia o mesmo homem enquanto via, preocupado, o ponteiro do relógio marcar as quatro horas. Parecia cada vez mais convencido de que não servira de nada “perder de ganhar esta tarde”. Apercebo-me que alguns mantêm biscates. “Arre, foda-se! Há muito papel, eles tem que ter tempo p’a gastar este papel todo”, diz um homem ao seu lado, ironizando com a situação e justificando, ele mesmo, as razões para toda a demora. “É... Deve ser... Eles pensam é que somos galegos”. A indignação combina-se com o acanhamento. “Tem que ser...”, diz-me José, “Até é bom, porque um gajo vai-se vendo”. É possível ver a autoirrisão surgir com a ironia. “Só aqueles que já foram [i.e.,

morreram] é que não são convocados para nada". Risos. "Tão à espera que chegue o último [dos "convocados"]. Deve 'tar atrasado". Nova onda de risos calados. "Ó, Manel, p'a que é que queres ir agora?", pergunta um dos do grupo em que estou a um homem na parede oposta do corredor. "P'a doutor!" Risos. "O Franklim vai para empregado de escritório e o Tone p'a professor de línguas. Isso é que vai ser!", riposta aquele que foi questionado. José, ao meu lado, explicava-me: "Isto é como na Caixa. Tudo de um dia p'ó outro. A gente cala-se, que a gente é que precisa, e eles 'inda nos fodem. Se as pessoas falassem... Às vezes, calam-se que é para não criar problemas". Aqui, aprende-se a esperar.

Um grupo de mulheres ao lado parece mais exaltado. "Sabes o que isto é?", diz uma senhora de trinta e poucos anos com uma criança ao colo para uma mulher mais velha à sua frente, "É uma palhaçada! Ao menos, deviam ter mais respeito pelas pessoas... Quem tem olhos na cara bem vê que isto não pode ser. Não é chamar as pessoas de um dia p'ó outro. Isso admite-se?" As mulheres parecem mais agitadas; os homens sorriem entre eles, mas sem falarem alto. Encostados à parede, trocam comentários mordazes, num humor negro em que são eles próprios objeto de escárnio.

"Olha... Também não está com muita pressa, vem a andar nas calmas". Outra voz masculina: "Tá aí, o gajo... Costuma ser esta prenda". Subitamente, já depois da hora de encerramento marcada do Centro de Emprego, vem alguém à porta. "Atenção. Só vem quem eu chamar. Os outros podem ir". E começa a recitar, com uma lista à frente: "Alberto Meireles. Pode ir p'á ali que eu já vou". E designa com o indicador esticado o fundo do corredor. "António Soares. P'áli". A cada nome, um "presente". Não há interlocução. Atrás de mim, alguém dizia, entre dentes, com um tom de mofa: "Ui!? Mas vai tudo na camioneta p'á excursão? Vão de passeio?", e rematava: "Que palhaçada! Que palhaçada!". Chamam José. "Vamos lá ver o que me saiu".

Quase duas horas depois, fico a saber que se tratou de uma "palestra". "O que não me cabe na cabeça é que eles [os patrões] não querem ninguém, mas, se for do Centro de Emprego, já metem. Puta de exploração! Vais p'a lá com quatrocentos e poucos euros, meio ano, tudo bem, depois, andor!", dizia um homem a quem José vai dar boleia. A irmã de José, desempregada desde o encerramento da empresa de cablagens automóveis em que trabalhava, veio connosco "para cima". "Na outra vez é que foi. Ela foi uma cabra! Insultou-nos a todos! Até aquela maneira de falar p'a gente, 'tem de ir, tem de ir, queria ficar em casa, não era? Sem fazer nada, na boa vida'. Já viste a cabra? Eu já estava pelos cabelos, já ia dizer que não ia, p'a eles botar abaixo o subsídio de desemprego, que eu queria lá saber, mas não ia trabalhar lá p'a Vilela ou lá p'a onde era, p'a fazer aquilo que eu nunca fiz. Até que uma moça ao meu lado disse-me baixinho: 'Você não diga que não vai que eles cortam-lhe o fundo de desemprego; a senhora vá lá à tal fábrica, que eles não a querem, que a senhora nunca trabalhou naquilo, e mandam-na embora'. E eu calei-me. Lá fui e lá vim embora, que o homem lá da fábrica até me disse, 'Ó, minha senhora, eu vou pô-la a fazer o quê se a senhora não é deste ramo?' Quem ficou lá foi uma moça que trabalhou naquilo muitos anos e que disse logo isso à gaja do Centro de Emprego e ela nem ligou, mandou-nos na mesma a todas. P'a quê que fomos lá todas?". O desfecho é uma lotaria. "São quatro empregos p'a 60 homens. Como eles escolhem? Sei lá! Olham p'ós papéis e é como lhes der na cabeça, sei lá..."».

A indelével aprendizagem de uma inédita forma de autoapreciação decorre da submissão a inéditas circunstâncias nas quais os operários são colocados sob o olhar "exterior" das instâncias legítimas de enquadramento e regulação dos trabalhadores ("as entendidas", "as doutoras"). Porque foram, desta maneira, subitamente submetidos a inquérito, avaliação e apreciação, a necessidade destes operários desempregados procederem a uma reflexão e reavaliação explícita acerca de maneiras de ser e estar usualmente tidas por eles como espontâneas e ingénitas, colocou-os perante a inevitabilidade de reconhecerem o contraste e a distância em relação à "modernidade", à "qualificação" e até à "pró-atividade". Não é por acaso que as experiências de objetificação da presença natural, em particular aquelas vividas como

vergonha, estejam normalmente colocadas na dependência das injunções depreciativas, reais ou supostas, provenientes do “olhar dos outros”, bem como da acentuação da consciência que temos sobre o nosso próprio corpo (“não sabia onde pôr as mãos”, “engasguei-me”, “queria falar bem e só saía merda”). Por outras palavras, “a vergonha é o olhar dos outros incorporado” (Fuchs, 2002: 5). Os comentários que são feitos acerca da pronúncia (errada) e fluência (deficiente) do discurso, da (fraca) roupa que vestem e do (insuficiente) cuidado que têm com a aparência física, ou as previsões que são emitidas acerca das (poucas) alternativas que lhes estão reservadas para o futuro em termos profissionais, levam a que os desempregados, tempo passado, as possam interiorizar e, eventualmente, antecipar para passarem a explicar em termos exclusivamente individuais as causas e os efeitos do desemprego.

O Centro de Emprego chamou-nos lá, mandou uma carta para a gente ir lá, fomos lá quarenta e poucos, fomos quarenta e tal e só meia dúzia deles é que foram escolhidos, aquilo é tipo o sorteio de Euromilhões, estava lá, tocou-me a mim, tocou a mim [i.e., calhou-me em sorte] e recebi uma carta como me tocou a mim. (...) Não sei... Deve ser cisma, eu não gosto de estar parado... Se estiver agora sentado, se estiver a dar uma novela, gosto de ver a novela, se estiver a dar um filme bom, eu gosto de ver, gosto de conviver com os amigos, é uma maneira de passar o tempo. Agora, se estiver sozinho, parece que o tempo não passa e fico farto de estar em casa, o tempo não passa. É coisa que eu não gosto, não gosto nada disso. (...) Eu entretenho-me aqui nisto [no quintal, em pequenas reparações, a cozinhar], é uma maneira de passar o tempo. A coisa que mais me revolta é não fazer nada. É verdade, a coisa que mais me revolta é não fazer nada”.

(Zé Tone, 42 anos, desempregado)

“Para mim, custa-me bastante ficar parado, porque eu nunca fui muito de estar por aqui, em casa, parado, sou mais de andar por lá, mas, meu amigo, agora tem que ser... Tem que se ficar parado... Mas custa estar em casa! É o caso de estar aqui parado, eu não gosto, eu antes queria estar a trabalhar, não... não me dou assim parado. Às vezes, fico... até parece que ando, às vezes, doente, é coisa que eu não gosto. (...) Um gajo sente-se... Como é que a gente se sente?, sente-se um bocado acabado, até agora servia e agora, de um momento para outro, já não se serve, porquê? Pessoa... uma pessoa, se não fosse... Se não gostasse do trabalho, ou isto e aquilo, vá lá, pronto, já era malandro, continuava a ser, agora um gajo assim não, um gajo... É como eu tenho dito já muitos e é verdade, quer dizer, eu agora com esta idade vou passar a malandro, não é?, quer dizer, eu já não sirvo para nada! Estou um bocado chateado com isso, mas os patrões... Eles é que sabem...”

(Zeferino, 51 anos, desempregado)

As impressões fragmentárias que irradiam do comportamento e palavras mais banais destes operários não constituem uma espécie de grau zero da significância. Pelo contrário, elas próprias são a *significância subjetiva* que emerge por entre a *insignificância objetiva*, uma nuvem de expressões inarticuladas, redundantes e muitas vezes silenciosas de uma experiência de dominação e autodenegação. Nem porque estas expressões resistem a ser veiculadas discursivamente porque escapam a ser explicitamente capturadas pela consciência individual, nem porque estes operários carecem usualmente dos meios linguísticos e estatutários para se pronunciarem sobre ela com uma autoridade socialmente reconhecida, se pode afirmar que estas impressões comportamentais, sensoriais e verbais perdem a sua coerência e expressividade em termos históricos. Os gestos, os meneios, os tartamudeios, por meio dos

quais parece desvelar-se uma maneira de estar no mundo anteriormente às palavras e ao sentido explícito. Mais: mesmo "a certeza imediata e a percepção são já um sentido que não reflete ainda sobre ele mesmo, um discurso que não é ainda o discurso que se conhece como tal, a si mesmo, e como discurso das coisas" (Hyppolite, 1953: 16). Estamos longe de nos deparar com um qualquer "silêncio ontológico", pois, aqui, o *sentido* sempre emerge de uma maneira de ser, seja ele enunciado explicitamente ou não. De facto, a ambiguidade, a opacidade e até a inefabilidade das expressões orais e gestuais destes operários não impedem que reconheçamos que "aquele que fala está implicado naquilo de que fala" (idem: 33), que ele possa surgir, ao mesmo tempo, condicionado por um modo de ser socialmente específico e que, sem contradição nenhuma, seja ele a determiná-lo em termos de significado expresso.

Tão-pouco a ausência ocasional das palavras necessárias para exprimir, num discurso coerente e articulado, uma situação de sofrimento pode ser igualada a um estado de catatonia social. Essas evocações viscerais, com as suas queixas tartamudeadas, dores corporais, estouros coléricos, estados melancólicos e depressivos, funcionam já como um índice dos constrangimentos e privações que pesam sobre estes operários³, primeiro que tudo dissuadidos a pronunciarem-se por causa da intuição antecipada de censura que introduzem os critérios de correção linguística dominantes, causa e consequência de um penetrante sentimento de ilegitimidade e incompetência que experimentam quando são deslocados dos seus contextos de enunciação habituais. Durante as entrevistas, ocorriam frequentes embargos na enunciação, tais como suspiros profundos, o encolher de ombros, o abanar desalentado de cabeça, o cerrar do punho, o bater na mesa, a súbita alternância entre a elevação de um tom irritado com o sussurrar e entre o debitar incessante e indignado de queixas com interrupções bruscas e silêncios prolongados. "Estão-me a faltar as palavras", "como é que se diz?", "nem tenho palavras": estas expressões linguísticas têm o estatuto de "germes lógicos", ou "pressentimentos", ante predicativos e não-calculadores do discurso operário sobre o mundo social (vd. Rosat, 2005). As reticências, os não-ditos, as evasivas circundam grosseiramente uma realidade que parece ser indescritível e impensável por meio de palavras, mais adequadas para dar conta da dor psicológica. No entanto, há um idioma, de recurso por assim dizer, que combina expressões de aflição afetiva (a sensação de "ter a cabeça quente", "nervos") e experiências de perturbação reportadas ao corpo ("dor no peito", "aperto aqui dentro", "ando a arrastar-me"). De facto, para articular uma experiência que parece obstar a palavras usuais, é apropriado recorrer a um léxico sociomoral contextualizado que procura conferir plausibilidade e coerência a uma nuvem fragmentada e desconexa de experiências, reconhecendo, precisamente, a natureza incerta, oculta e cega do mundo (Ashforth, 1998: 511).

A tristeza e a dor podem permanecer latentes, sem assomar sequer ao limiar da consciência explícita ou mostrar-se através de protestos, reclamações ou lamentações publicamente articulados ("nem tenho palavras para te dizer", "não sei como...", "é fodido, agora explicar-te isso..."). Assim, "andar desanimado" ou "desmotivado" parece ser como que a

³ Segundo a conceção de Peirce (2003:75-76), um *índice* torna imediatamente visível determinado aspeto da realidade menos por recorrer a uma convenção, uma analogia ou uma similaridade do que por proceder à exemplificação cabal de um facto, objeto ou acontecimento pela apresentação de uma "conexão dinâmica" com esse mesmo facto, objeto ou acontecimento: "Os índices podem distinguir-se de outros signos, ou representações, por três traços característicos: primeiro, não têm nenhuma semelhança significativa com os seus objetos; segundo, referem-se a individuais, unidades singulares, coleções singulares de unidades ou a contínuos singulares; terceiro, dirigem a atenção para os seus objetos através de uma compulsão cega".

repercussão fisiológica e emocional de situações sociais (“mau ambiente”, “falta de respeito”, “consumições” pela subida do custo de vida). Em particular, as atribuições de natureza interpessoal são vincadas em termos morais e afetivos (“custa-me ver o homem assim, tratado como um cão”, “anda tudo meio atravessado”, “é só chalados no mundo”, “não tem jeito nenhum”, “anda a gozar com as pessoas”, “os casais não se aturam, puxa para aqui, puxa p’ali, é só discussões”). Ao reportarem os “transtornos” ou os “azares” que nos “dão a volta à vida”, a “vida que começou a andar ao para trás”, estes operários mostram, sem o pretenderem, que, efetivamente, “dar em tolo”, tal como quando “uma pessoa desanima”, pode ser visto como um caso de literalidade da incorporação da “crise”. “A cisma é uma doença, fogo! Se a gente cisma muito, dá em tolo!”, quase grita Sérgio durante a entrevista, um operário de 30 anos agora finalmente com um emprego como embalador depois de ter estado dois anos desempregado. Esses operários que admitem que “ficam na cama a olhar p’ó teto a pensar na vida”, ou que “até sonhava com o trabalho, de noite sonhava o que é que tinha para fazer, era complicado”, ou que passaram a “falar” durante o sono e a ter pesadelos, ou que acordavam “estremunhados” e “cansados na mesma”, tal como aqueles operários que passam por “ter problemas dos nervos”, ou que “ficam avariados” e a “bater mal”, “esquecidos” mental e fisicamente (é possível, por exemplo, ter “um braço esquecido”), ou que, ainda, começam a mostrar perturbações de linguagem (falando demasiadamente rápido, a “comer palavras”, começando a gaguejar “quando se enervam”), tornam saliente que estes sintomas incorporados devem ser vistos menos como caracteres “atípicos, metafóricos ou rudimentares” do que como vias de acesso a “sensibilidades pessoais e culturais profundas sobre estar deprimido” (Lee *et al*, 2001: 7). Novamente, é possível encontrar uma vinculação de reciprocidade entre o enervamento dos processos de recomposição social de uma comunidade local e o sistema nervoso dos seus habitantes, um modo específico de contacto com o mundo que eles absorveram ao longo do tempo e que paulatinamente ajustaram aos constrangimentos e incitamentos imanados desse mesmo mundo e que podem reatualizar para agir sobre ele sob a forma de pensamentos, sentimentos e comportamentos.

Tratadas como “amplificações somáticas” que funcionam como um “meio de expressão do descontentamento social” e como um “mecanismo” para se poderem “reposicionar a eles próprios dentro dos seus mundos locais” (Kirmayer e Young, 1998: 424, 420), a “azia” e o “ardor no estômago”, a “cabeça quente” e “ficar a ferver” revelam silenciosamente a incarnação de uma situação de angústia e descontentamento em que prevalece a “falta de respeito”, a “ofensa” ou o “fazer que não me vê”. “A memória corporal, a biografia e a história social fundem-se. O eixo corporal dos processos morais da experiência social agrega o acontecimento histórico, o significado simbólico e as situações sociais. A memória das queixas corporais evoca as queixas sociais que não são tanto representadas quanto vividas e revividas (relembradas) no corpo” (Kleinman e Kleinman, 1994: 714-715). Por isso, é possível a um jovem operário de 18 anos, Fernando, recorrendo ao exemplo de um colega afligido pela ameaça de despedimento, dizer que “via como o Manuel andava pela cara dele” quando se estava numa altura em que o ritmo de trabalho “é uma cena de loucos”. E que este maquinista Manuel nos fale, por sua vez, da impossibilidade de “andar de cara limpa” no decurso da progressiva degradação do “ambiente de trabalho” em que, pelo contrário, para ser forçoso as pessoas “andarem de cu virado para a porta”, “contrariadas” e “fodidas”. Da mesma maneira, a súbita “depressão” de

Berto, um operário de 24 anos que conhecíamos desde o tempo em que trabalhávamos na fábrica de mobiliário, revela a estreita associação que existe entre perda de valor social, casualização laboral e destituição da estima de si. Para ele, as sensações de "estar em baixo", "andar abatido", "ficar meio burro", atrasar-se para o trabalho ("não despertava a horas") e a emasculação ("parece que nem tesão tenho") surgiram temporalmente coordenadas com o surgimento da incapacidade em corresponder convenientemente às inusitadas solicitações do emprego e às obrigações bancárias por ele previamente assumidas.

2. O "fim da arte", ou como inventar socialmente a "morte do artista" (e torná-la credível)

A desvinculação dos trabalhadores relativamente às condições de geração e confirmação das disposições que incorporam em estado vivo, precisamente aquelas que tornam possível a atualização e reprodução tranquila e distraída do seu modo de vida, demonstra-se espontaneamente pela desestabilização das posturas e dos comportamentos ("enerva-se", "precipita-se", "esquece-se", "só faz merda", "fica logo todo atrapalhado"). As disposições a fazer, a ver e a dizer destes trabalhadores, e extensivamente todo o seu ser, encontram "condições de atualização diferentes daquelas em que foram produzidas" (Bourdieu, 2003: 230). A inércia das estruturas incorporadas, que perpetua em parte as estruturas correspondentes às suas condições de produção no passado, ao enfraquecer a concertação sentida relativamente às solicitações e oportunidades do mundo social da atualidade, pode torná-las disfuncionais, "nomeadamente, em todos os casos onde os agentes perpetuam disposições tornadas obsoletas pelas transformações das condições objetivas (envelhecimento social), ou ocupam posições que exigem disposições diferentes daquelas que eles devem às suas condições de origem" (idem: 231). Nesta segunda secção do texto, iremos proceder como que a uma "autópsia social" (Klinenberg, 2001: 11) da condição social dos "velhos" operários, aqueles que foram subitamente colocados perante a inevitabilidade de lidar com um *veredicto* de presunção de inutilidade ou desgaste ("não se adaptam", "estão gastos"). Em especial, vamos procurar destacar os *indícios* que parecem conformar modalidades de *amplificação somática* dos processos de transformação social, processos que parecem efetivamente ocultar-se por trás da inabilidade, emudecimento ou incompreensão que estes operários revelam quando são confrontados com o imperativo de exprimirem a sua existência prosaica.

Ao pensar em termos de "biologias locais", Lock (2002: 113) salienta a importância que têm as "mediações" sociais, económicas, culturais e políticas que intervêm na definição de um processo reconhecido e de um limiar absoluto para a imputação de uma mudança de estatuto (social ou biológico). Os agentes sociais a que é imputada e que recolhem a atribuição desta morte social que é "ficar velho" ("para mim, foi matar-me") têm, geralmente, entre 45 e 50 anos. A ideia de que "os velhos não têm hipótese", que concentram "vícios" e são "lentos", "teimosos", "desajeitados", "ultrapassados" e que "não se adaptam", provavelmente porque "empancaram", constitui as condições para a ocorrência de um exílio no interior do grupo operário. Isolados os "velhos" das formas de consagração e reconhecimento suportadas pelas novas políticas gestionárias da empresa, atribui-se-lhes a responsabilidade de serem, eles próprios, a fonte da

poluição de que são portadores e exige-se-lhes boa vontade para se reverem, se corrigirem e poderem, assim, antecipar a sua eventual superfluidade dentro das fábricas “modernas”. A obsolescência dos saberes incorporados e a menorização económica do seu esforço produtivo justifica, aparentemente, a sua perda de importância social. A relação entre “máquinas novas e pessoas velhas” (para usar a expressão de André, um jovem maquinista de 18 anos) é decidida objetivamente no espaço social da fábrica, em primeiro lugar, e no contexto económico mais vasto, depois. É uma “convenção social” (idem: 97) que recorre a aspetos biológicos para justificar a primeira morte do operário.

O hábito social é “duro e resistente enquanto estrutura social, mas também elástico e de certeza não é inalterável”, ele encontra-se num “fluxo permanente” (Elias, 2004: 234). No entanto, a “estabilidade, a força de resistência, a profundidade de implantação do hábito social dos indivíduos” podem originar, por força das transformações ocorridas entretanto numa constelação, um “efeito de retardamento” das “estruturas de personalidade” individuais, que podem, assim, converter-se em “formações meio petrificadas, como fósseis” (idem: 236). “Quase todas as condições naturais e sociais que tinham dado à sua estrutura social o seu carácter tinham desaparecido há muito. Mas a estrutura social desaparecida continuou a viver no hábito social dos indivíduos, na sua estrutura de personalidade” (idem). A cristalização personalística destes homens é plenamente expressa pela *epistemologia ordinária* existente acerca dos “velhos” que supostamente ficaram “parados” ou “presos no tempo”, “agarrados às maneiras de fazer de antigamente”. O “efeito de retardamento” provocado pela “fossilização do hábito social” de que fala Norbert Elias pode não só fazer perdurar uma “estrutura de personalidade” depois das condições estruturais em que ela se originou e se implantou terem sido transformadas, como também provoca no grupo operário fraturas que são baseadas nos diferentes estilos de vida apresentados pelos membros desse grupo (frequentemente, na forma aparente de um “conflito de gerações”). O desenraizamento das estruturas de personalidade relativamente às configurações de poder e às formas de convivência nas quais eram plausíveis e eficazes pode equivaler a “uma espécie de morte coletiva”, uma “desvalorização” relacionada com esse “declínio coletivo e assim certamente um esvaziamento de sentido do mais alto grau” (idem: 247, 250). Empurrados todos estes operários para uma espécie de *limbo* que é criado pela *morte social* prematura que lhes é superimposta, forçados que são a experimentar – e, por vezes, a reconhecer, relutante ou ironicamente – a sua usura ou a sua superfluidade em termos laborais, surgem prolixamente expressões que atestam o estado de rigidez, estupefação e humilhação que é vivido por estes operários (a impossibilidade do “futuro certo”, a fuga para a “trollhice, serviço sujo, pesado e tudo”).

Nota de campo – 30 de Março de 2008.

“A arte de entalhador acabou e matou centenas de gente!”, exalta-se José, que agora, aos 51 anos, está desempregado desde há três. Foi entalhador até que “as máquinas” ditaram o “fim da arte”; passou depois a maquinista fabril. Nessa altura, o fecho de uma empresa de mobiliário ainda não era uma fatalidade (“não me atrapalhava muito, não tinha medo de trabalhar”). No entanto, a empresa em que trabalhou, pertencente a uma multinacional alemã, encerrou há sete anos atrás as portas e, ao que diz, “deslocalizou-se” para a Roménia. A partir daí, José foi alternando períodos de desemprego com contratos precários em várias profissões (metalurgia, jardinagem, cantoneiro). “Desanimei. Pensava que ia arranjar mais fácil. Mas não.

Foi numa maré muito ruim, estavam as fábricas a querer, toda a gente sem ter mão nas fábricas..." O problema parece residir na idade. José tem 51 anos e, como todos os outros operários com mais do que essa idade, está rotulado de "velho", "ultrapassado", não possuindo "os estudos necessários". Não é pacífica a aceitação dessa atribuição de obsolescência: José interroga-se retoricamente acerca de verdadeira necessidade dos "estudos" para profissões em que "é a prática que faz o artista", resiste a aceitar uma "falta de capacidade" que a sua força e discernimento desmentem ("eu posso bem trabalhar"), custa-lhe ter que se resignar a trabalhar "no escuro" como trolha. "Os patrões não querem velhos a trabalhar", afirma José, um operário com 51 anos, desempregado desde o encerramento da sua empresa há três anos atrás. "Eles dizem que é preciso estudos para trabalhar e a gente, com cinquenta anos, tem estudos? Tem a quarta classe, tem a segunda e a terceira... Para alguns serviços, é preciso [ter estudos], mas para outros... Para marcenarias, para trolhas, para cantoneiros não é preciso estudos... (...) Agora é muito complicado. Os patrões dizem que não, que... somos, somos velhos. Os patrões querem novos, quer' os novos e querem com estudos. Os que têm quarenta e cinco, a partir de quarenta e cinco, cinquenta, ficam desempregados mais fácil porque não... A gente vai às fábricas, eles perguntam a idade, 'ó, chefe, com essa idade não o consigo meter!'. E tanto vale saber trabalhar, como não saber, eles dizem que, com essa idade, não metem. (...) Vamos às fábricas e eles dizem, 'ó, chefe, você já tem quarenta anos, já não o metemos'. Isso custa. Custa porque uma pessoa não tem nada, não tem subsídios de nada, não tem subsídios, não tem férias, não tem subsídio de Natal, não tem subsídio de férias, não tem nada!" O fim da "arte de entalhador" representou, para José, o início de uma série de empregos precários, mal remunerados, desqualificados e, por vezes, clandestinos. Semelhantes, afinal, àquele que tem agora: ajudante de trolha. "A gente, a gente vai a uma fábrica e eles pedem logo, diz' logo 'só se for a ganhar o ordenado mínimo, sem direito a subsídio, sem direito a nada, porque você já tem cinquenta anos, já tem essa idade, já tem essa idade'. E eu não quero. Ou direitos ou, então, não há trabalho. Ando nos biscates. [Pergunto-lhe, então, se nos biscates tem esses direitos.] "Não... Mas ganho acima de... Ganho aquele do fundo de desemprego e depois o biscate é por fora. Mas não tem o subsídio de férias, nem subsídio de nada. (...) E a trolha... Na construção civil, é muito pesado. Só a nível de peso... Nas máquinas [da fábrica de mobiliário], não me cansava, nem puxava. Cansa-se mais a trabalhar de trolha uma hora do que a andar dois dias a fazer móveis. Um gajo sente-se cansado, caralho". No entanto, multiplicam-se os casos daqueles que tiveram que "procurar em algum lado" uma alternativa ou complemento ao desemprego. "Andam muitos [a trolha], porque não têm outra coisa, se não, não andavam. Anda muita gentinha a trolha porque não tem outra, outra... Fábricas, não tem isto ou aquilo, se não, não andavam a trolhas. Muitos! Os empregados que trabalhavam na Uniteca [grande empresa têxtil do concelho vizinho de Valongo entretanto falida] ou na Cifa [idem], que era... era serviço que podiam ir de gravata, agora está tudo a trolha, tudo a trolha, ou picheleiros ou a serralheiros, serviço sujo, pesado e tudo. E, na Uniteca, podiam ir de gravata, e as mulheres iam de unhas pintadas e tudo. Hoje, andam nas limpezas e... e nas confeções a ganhar uma côdea. (...) Tinham carros, tiveram que os vender. Alguns tiveram que vender a casa porque não tinham dinheiro para pagar aos bancos, muitos! Não foram só um, nem dois, foram muitos! Mas olha que esses patrões não andam a pé de certeza! (...) Havia alguns que não andavam de sachola na mão e, depois d'ela fechar, andavam aí a dar dias na lavoura". Mesmo quando consegue ser contratado, "mesmo que eles metam a gente com cinquenta anos, anda lá meio ano, ao fim de meio ano: rua!". "Com cinquenta anos, uma pessoa... Nunca se arranja emprego fixo. Contratas, contratas, contratas! Não há mais nada! Só complica a vida. De certeza. Que uma pessoa não pode ter um... não tem futuro certo. Quem andar de contrato não pode comprara carro novo, não pode comprar um carro para ter em casa, a pagar a prestações. Desempregado, depois vai pagar com que dinheiro? Com o fundo de desemprego? E para comer? Quem, quem andar a contrato é, nem anda a pé, nem anda a cavalo. Não pode ter futuro! Não tem futuros de vida! Se vai pedir dinheiro ao banco, calha de ficar desempregado, fica, lá vai o caralho, um gajo fica logo na... Depois para comer isto e aquilo, coisas caras, não dá. Não dá para comprar carro, comprar motorizada, nem isso! É a prestações. A gente fica desempregada, lá vai, o que tem dado, vai tudo por água abaixo. (...) Com cinquenta anos, não consegue arranjar [emprego fixo]. Com cinquenta anos, então, é que não consegue. Mesmo os

mais novos não conseguem, é difícil, os patrões é logo contratos. E há agora esta história de meter experiência de dois meses. Ao fim de dois meses, mandam embora sem tostão nenhum no bolso, nem nada. É 'não serve'; pode servir, mas os patrões dizem 'não serve' e vai embora. 'Olha, não serve'".

Esta opinião que atribui a este segmento do operariado um estatuto de “velho” e uma “condição patológica” deve ser associada a um processo de produção de um “constructo” (Lock e Kaufert, 2001: 494-495). O discurso profissional e popular acerca do *envelhecimento* é fortemente moldado por crenças acerca do funcionamento do corpo, dos seus usos na sociedade e das qualidades nele inscritas, crenças que, em larga medida, estão por verificar e são inverificáveis. A “experiência subjetiva [deste “envelhecimento”] (...) é constituída em parte a partir de expectativas culturalmente informadas sobre este ciclo de vida” (idem: 503). Os “signos” biológicos do suposto “envelhecimento” destes operários são “primeiramente significantes [*signifiers*] para o futuro – para o que pode estar reservado em termos de um corpo debilitado e portanto uma incapacidade para trabalhar e para contribuir para a família e a sociedade” (idem: 502). Neste sentido, a interiorização e a individualização, que são necessariamente pessoais, ocorrem, portanto, por uma contingente “coprodução entre biologia e a cultura [que] estão implicadas na experiência incorporada e na sua expressão, e este efeito tem tendência a ser manifestado de maneiras similares por indivíduos nos quais a cultura e os atributos biológicos partilhados são claramente congruentes” (idem: 486-487), o que é, enfim, o caso destes operários⁴. A obsolescência ou caducidade que é atribuída ao corpo destes operários, ou a um conjunto de práticas e representações por eles incorporadas ou que são diretamente associadas aos seus corpos, mostra a pertinência de uma investigação acerca da maneira como “a experiência incorporada das sensações físicas, incluindo aquelas de bem-estar, doença, e por aí fora, é em parte informada pelo corpo material, ele próprio contingente de variáveis evolucionárias, ambientais e individuais” (idem: 483).

A desvalorização de qualquer “arte” implica, pois, a negação do “artista”: “A gente é obrigada a perder o gosto da maneira que não é incentivada, não é nada. (...) Incentivar é dar o valor à gente, dar o valor à gente, respeitar a gente. (...) Diziam, ‘vocês estão aqui a mais’. Mas é aquela maneira de conversar com a gente... Empurraram-nos para lá de qualquer maneira... Estive lá uma época que estava a ficar meio maluco da cabeça. (...) Fui muito abaixo” (Adelino, 62 anos, marceneiro). Os processos de precarização social do operariado, especialmente dos segmentos entretanto submetidos a uma maior usura das competências somáticas (“força”, “jeito”, “habilidade”) e colocados perante a desvalorização, desadequação ou impossível recon-

⁴ Ao longo desta secção do texto, procuramos entabular uma argumentação sociológica a partir dos contributos trazidos do trabalho de Lock, ainda que o tenhamos feito tendo em consideração o conjunto mais amplo de pesquisas que outros investigadores têm vindo a realizar, entre os quais podemos singularizar Nancy Scheper-Hughes, Arthur Kleinman, Nancy Krieger, Seth Holmes ou Simon Charlesworth. «A incorporação é também constituída pela maneira como o próprio [*self*] e os outros representam o corpo, recorrendo a categorias de entendimento e a experiências [que são] locais. Se a incorporação é para ser entendida socialmente, então a história, a política, a linguagem e o conhecimento local, incluindo o científico na medida em que está acessível, devem estar inevitavelmente implicados. Isto significa na prática que, inevitavelmente, o conhecimento acerca da biologia é informado pelo social e que o social, por seu turno, é informado pela realidade do material. Por outras palavras, o biológico e o social são coproduzidos e dialeticamente reproduzidos, e o sítio primário [*primary site*] onde este envolvimento toma lugar é o corpo socializado subjetivamente experimentado. O corpo material não pode permanecer, como acontece frequentes vezes, como uma entidade que é uma caixa negra e assumida como universal. O material e o social são ambos contingentes – ambos locais (Lock e Kaufert, 2001: 483-484).

versão dos seus esquemas de ação, de percepção e de apreciação num universo fabril em mutação, inibem, dificultam ou impedem a ativação das formas subjetivas que são – e, sobretudo, que *eram* - reconhecidas como confirmatórias da dignidade viril e oficial. Nestas circunstâncias, a desvalorização objetiva do “valor” dos operários é interiorizada e vivida em termos de uma contínua menorização social, como uma perda das possibilidades de afirmação de si e uma paulatina deterioração das relações interpessoais, fazendo com a autoestima pessoais e coletivas sejam irremediavelmente afetadas na medida em que são enfrentadas situações que denegam e vilipendiam o “valor” dos seus portadores (“a gente sente-se acabado”).

Conclusão

Um cenário social marcado pela contração do mercado de emprego e da manutenção da informalidade⁵; pela progressiva disseminação de “empregos fracos”, onde “não são certos” os salários nem a duração, nos quais os patrões “não pagam, abusam e fazem o que querem e lhe apetece”, e em que é intensificada a pressão e a individualização (“nas fábricas hoje há muita competição, não se pode estar parado, nem ao quarto de banho se pode ir”); e ainda pelo estrangulamento financeiro das famílias, que “andam a trabalhar para os bancos” num prazo sucessivamente protelado (“a gente compra um carro faz de conta que está três ou quatro anos a pagá-lo, mas um apartamento é para toda a vida”), leva a um exacerbatamento do mal-estar pessoal e familiar (“estes casais novos enervam-se”) e torna inevitável quase reconhecer que a vida de todos os dias está ameaçada por perigos inauditos (“fantasia”, “ilusão”, “é uma loucura”). Merleau-Ponty (1968: 103) escreveria que “o sentido de um gesto é imediatamente legível nesse gesto”, o que permite admitir, em certo sentido, que as intenções dos indivíduos estão inscritas nos próprios atos, precedendo, obviamente, qualquer pensamento explícito que possam chegar a ter. As inflexões pessoais destas condições económicas particulares constituem pontos de expressão que revelam eficazmente os processos de despersonalização e violência anónima que, no decorrer de processos de recomposição do espaço social, se abatem sobre aqueles que ocupam lugares económica e simbolicamente marginais e marginalizados. Andar “desanimado” e “desmotivado” pode ser visto como a repercussão fisiológica de situações geradas e consequenciais interpessoalmente (“mau ambiente”, “falta de respeito”, “consumições”). Da mesma maneira, uma relação de “desconfiança” em relação ao mundo, ao futuro e aos outros, as insónias e pesadelos motivados pelas “preocupações”, uma sensação de fadiga permanente, os “problemas dos nervos”, uma experiência de opressão espacial e corporal (“sufoco”) e de coisificação podem ser vistos como fazendo parte de idiomas corporais de angústia e das experiência somáticas culturalmente mediadas que conduzem, em sentido figurado e literal, a *dar corpo* a uma experiência vivida da “crise”.

⁵ “Infelizmente, toca a todos, mas os jovens porque não têm empregos, quer’ casar, quer’ assumir um compromisso, não tem emprego e não é certo, não é! E se arranjar’ emprego é para três meses ou meio ano, não pode’ tomar um compromisso, comprar um apartamento, comprar um carro, não pode’, é um problema. Os mais velhos, que é o meu caso, na nossa zona aqui é assim, há aí muita gente encostada, aí assim, com 50, 60 contos, falando em contos, o que é que dá para hoje? Isto é a culpa, é a culpa do sistema daqui de Rebordosa de ir para a Caixa” (Adelino, operário, 62 anos).

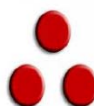
Bibliografia:

- ASHFORTH, Adam (1998), "Witchcraft, violence and democracy in the New South Africa", *Cahiers d'Etudes Africaines*, 38 (150), pp. 505-532.
- BOURDIEU, Pierre (2003), *Méditations Pascaliens*, Paris, Éditions du Seuil.
- CHARLESWORTH, Simon (2007), "Reflections on violence and suicide in South Yorkshire: (dis-)United Kingdom", *Anthropology Matters Journal*, 9 (1), pp. 1-21.
- DOSTOIEVSKY, Fiódor (2007), *Cadernos do Subterrâneo*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- ELIAS, Norbert (2004), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, D. Quixote.
- FUCH, Thomas (2002), "Shame, Guilt, and the Body: A phenomenological view", *Journal of Phenomenological Psychology*, 33 (2), pp. 223-243.
- GOFFMAN, Erving (1968), *Asiles*, Paris, Éditions du Minuit.
- HYPOLITE, Jean (1953), *Logique et Existence*, Paris, P.U.F..
- KATZ, Jack, CSORDAS, Thomas (2003), "Phenomenological ethnography in sociology and anthropology", *Ethnography*, 4, pp. 275-288.
- KIRMAYER, Laurence, YOUNG, Allan (1998), "Culture and Somatization: Clinical, epidemiological, and ethnographic perspectives", *Psychosomatic Medicine*, 60, pp. 320-430.
- KLEINMAN, Arthur, KLEINMAN, Joan (1994), "How bodies remember: Social memory and bodily experience of criticism, resistance and delegitimation", *New Literary History*, 25, pp. 707-723.
- KLINENBERG, Eric (2001), *Heat Wave: A social autopsy of disaster in Chicago*, Chicago, University of Chicago Press.
- KRIEGER, Nancy (2005), "Embodiment: A conceptual glossary for epidemiology", *Journal of Epidemiology and Community Health*, 59, pp. 350-355.
- LEE, Dominic *et al* (2001), "Rethinking Depression: An ethnographic study of the experiences of depression among Chinese", *Harvard Review of Psychiatry*, 15 (1), pp. 1-8.
- LOCK, Margaret (2001), "The tempering of medical anthropology: Troubling natural categories", *Medical Anthropology Quarterly*, 15 (4), pp. 478-492.
- LOCK, Margaret (2002), "Inventing a new death and make it believable", *Anthropology and Medicine*, 9 (2), pp. 97-115.
- LOCK, Margaret, KAUFERT, Patricia (2001), "Menopause, local biologies and cultures of ageing", *American Journal of Human Biology*, 13, pp. 494-504.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1968), *Résumés des Cours 1952-1960*, Paris, Gallimard.
- MONTEIRO, Bruno (2012), "A vaga, o candidato e o técnico: A entrevista de emprego como encontro entre a experiência social do desempregado e os dispositivos de enquadramento do desemprego", comunicação ao *Colóquio Científico A Ordem da Interação. Contributos para uma abordagem multidisciplinar das interações sociais*, Porto, F.L.U.P., 25 de Maio.

- MORRISON, Toni (1999), *The Bluest Eye*, New York, Vintage Books.
- PEIRCE, Charles Sandres (2003), *Semiótica*, São Paulo, Editora Perspectiva.
- POLLAK, Michael, HEINICH, Nathalie (1986), "Le Temoignage", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62, nº 1, pp. 3-29.
- QUEIRÓS, João, PINTO, José Madureira (2009), "Estruturas produtivas, escolarização e desenvolvimento no Vale do Sousa: Análise da reprodução da condição social periférica numa região metropolitana portuguesa", *Cadernos de Ciências Sociais*, 25-26, pp.80-120.
- SCHEFF, Thomas (2001), "Working class emotions and relationships: Secondary Analysis of Classic Texts by Sennett and Cobb, and Willis" (em linha), disponível: <http://www.soc.ucsb.edu/faculty/scheff/main.php?id=22.html> [consultado: 5 Agosto 2008].
- SCOTT, James (2002), "Formas Cotidianas da Resistência Camponesa", *Raízes*, 21 (1), pp. 10-31.
- WACQUANT, Loic (2002), *Alma e Corpo: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciências Sociais



NECSUM
Núcleo de Estudantes do Curso de Sociologia
da Universidade do Minho



LASICS
www.lasics.uminho.pt